

**Discurso de Sua Excelência Aires
Bonifácio Baptista Aly, por Ocasão da
Apresentação do Relatório da Comissão
Parlamentar de Inquérito**

**Sua Excelência Senhora Presidente da
Assembleia da República**

**Senhora Ministra da Justiça Assuntos
Constitucionais e Religiosos,**

**Senhores Membros da Comissão
Permanente,**

Respeitados Pares,

Ilustres Convidados,

Minhas Senhoras,

Meus Senhores,

Excelências,

Em nome da Bancada Parlamentar da FRELIMO e no meu próprio, com muito respeito saúdo os moçambicanos, unidos do Rovuma ao Maputo e do Índico ao Zumbo, Povo humilde e trabalhador e reiteramos a nossa determinação de nos dedicarmos aos trabalhos desta Magna Casa, como mandatários do povo lutando pela edificação e consolidação da construção de um Estado cada vez mais forte, unitário, de direito, democrático e de justiça social e a consolidação da cultura de Paz no País, na região e no Mundo bem como a afirmação de Moçambique na rota do desenvolvimento sustentável sempre atentos às suas expectativas e necessidades.

A última vez que aqui estive foi para proteger a necessidade patriótica de aprovar o Orçamento do Estado porque fundamental para a coesão e impulso ao crescimento económico sustentável do País. Imaginemos que, tão ingenuamente o Orçamento não tivesse sido aprovado naqueles termos, o Estado estaria ausente dos que mais dele precisam, hoje, em virtude das chuvas, ciclones e cheias; estou a falar dos cidadãos que perderam os seus haveres a quem, agora, quero destinar o meu consolo solidário.

Excelências,

Acabamos de escutar as conclusões da Comissão de Inquérito constituída por esta casa, para aferir sobre as certezas sobre a

acusação de um colega nosso, da Bancada Parlamentar da Renamo, a um outro colega, da Bancada Parlamentar da FRELIMO, minha bancada, Membro da Comissão Permanente da Assembleia da República, eleito pelo Círculo Eleitoral da Zambézia.

A Assembleia da República (AR) é o mais alto órgão legislativo do país constituído por deputados eleitos por sufrágio universal. O discurso parlamentar é o combustível que faz da Assembleia a maior e melhor turbina da Democracia. Como forma de blindar esta potente máquina, se me permitem, temível máquina, os Deputados estão investidos de irresponsabilidade pela qual não podem, em nenhum momento, ser judicialmente ou

disciplinarmente processados, nem de outra forma responsabilizados fora do Parlamento.

A inviolabilidade do Deputado implica a irresponsabilidade jurídica (criminal, civil ou disciplinar) do Deputado pelas opiniões expressas e pelos votos emitidos no exercício das funções, manifestações em reunião plenária ou em comissões, perguntas, interpelações, pedidos, discursos, afirmações, juízos, emendas, votações especiais, ordem do dia e iniciativas legislativas, comissões de inquérito ou de investigação quando tenham em vista assegurar a livre formação da vontade do Parlamento.

Mas, a esta Magna Casa da Democracia cabe o importante papel de congregar opiniões diversas, pois nela se encontram

representantes de camadas sociais e políticas diversas, com diferentes origens e graus de instrução, todos como cidadãos iguais e representativos. Este é, por isso, um local privilegiado para o conhecimento dos outros e da diversidade humana de Moçambique.

A Assembleia da República tem funções constitucionais da mais alta importância que deve exercer em concerto com outras entidades constitucionais, tal como o poder de fazer leis, que são um instrumento essencial para a regularidade da vida do País em todas as esferas e para a segurança das relações humanas, económicas e sociais.

No nosso sistema os deputados vêm investidos da tarefa de verter em preceitos

legais as orientações que devem reger a vida do país. Isso significa que devem examinar a vida da sociedade e identificar lacunas que requeiram regulamentação, quer dizer também inventariar e actualizar, em permanência, a legislação ultrapassada pela mudança de contextos e rapidez das transformações na sociedade. Os deputados têm inclusivamente a tarefa de fiscalizar e controlar politicamente a acção de outro órgão constitucional, o Governo. Os deputados representam, de forma permanente, as vontades do eleitorado do qual devem buscar constantemente inspiração e informação para avaliar criticamente a acção do Governo, apontar possíveis caminhos e não promover a calúnia,

acusações sem fundamento muito menos fazer politiquice. Um Deputado com postura ética não faz acusações públicas desbaratas uma vez que tem presente que há instituições de natureza diversa no Estado a quem cabe receber informação para analisar, investigar e dar o devido seguimento. É a essas instituições que em caso de dúvida, desconfiança ou outro sentimento que devem ser canalizadas as denúncias para que as autoridades competentes façam a sua respectiva investigação sem atropelar o princípio de presunção de inocência.

Em nome da FRELIMO, meu Partido, convém sublinhar ou recordar sobre as responsabilidades desta casa e os seus

integrantes, neste caso, os Deputados que constituem a Assembleia da República.

Senhora Presidente da Assembleia da República

Excelências,

O discurso no parlamento, um dos elementos mais importantes do processo legislativo é, também, entendido como uma manifestação discursiva responsável por alterar os rumos da tramitação de uma proposição normativa e por representar diversos pensamentos presentes na sociedade. A análise sobre como os discursos no Parlamento estão inseridos não apenas no processo legislativo, torna-se essencial para compreender seu espaço e sua relevância como uma das formas de justificação do processo de produção

normativa e da construção da cidadania, com base na urbanidade, lealdade e boa fé. Assim, um discurso no Parlamento, constitui uma das maneiras de entender o funcionamento de tais pronunciamentos no contexto parlamentar.

Não restam dúvidas que, num contexto intrinsecamente político, o processo legislativo é conduzido por agentes políticos que buscam representar interesses e grupos sociais, de modo que é muito importante não apenas verificar as vozes presentes nos discursos parlamentares, como também entender o funcionamento dos actos de fala na disputa política. Por isso, o dissenso é um dos aspectos mais importantes no processo legislativo, diante da dimensão conflituosa no

parlamento e da necessidade que se tem de garantir mecanismos de participação da oposição. Observam-se, então, diferentes características nas construções discursivas dos parlamentares, com enfoques nos efeitos da norma, em questões procedimentais da tramitação e na constituição de identidades políticas sobretudo a partir do dissenso.

No entanto, entendemos nós, que o pódio no qual nos encontramos, não pode valer tudo, para atingirmos colegas, cidadãos, quer nacionais, quer estrangeiros. O Parlamento, exige de nós, respeito, decência, sinceridade, decoro e a prévia aferição dos pronunciamentos.

É necessário termos em atenção que, em democracia, é tão importante representar o

partido no poder como estar na oposição; tanto mais que a acção governativa será tanto melhor quanto melhor for o trabalho de escrutínio e alternativa das oposições.

Senhora Presidente da Assembleia da República

Excelências,

Cabe a nós, Deputados, fazer progredir a Democracia. O nosso respeito pela Democracia é parte fundamental do respeito que temos por nós mesmos.

Respeitar a Constituição, as Leis e o Regimento da Assembleia da República são imperativos de todos nós. Na actividade Parlamentar não vale tudo. O que nos opõe do ponto de vista ideológico não deve ser ferramenta para a demagogia, para o ataque

peçoal sem escrúpulos em cujo alicerçe da acusação é o disse que disse, a malidicência e o assassinato de caráter. Este apelo a uma postura de debate político aberto em que se analisa a conclusão e as premissas que a sustentam deve ser o que alimenta e marca esta Magna Casa da Democracia. Não deve ser tolerado nenhum ataque vil, sem escrúpulos, antiético vindo de campos ideológicos opostos muito menos de políticos da mesma linha ideológica. Podemos e devemos fazer política com decência, ética, verdade, verticalidade e com valores que sejam passados às novas gerações que ousam trilhar pela política.

O caso em apreço cujos resultados da comissão de inquérito parlamentar hoje

apreciamos é, sem dúvidas, merecedor de uma acção e intervenção proactiva da Procuradoria Geral da República, do SERNIC e todas as instituições que velam pela Justiça em Moçambique. É fundamental que se faça doutrina paara tratar casos como estes por foprma a evitar que a mentira, a maledicência e o ataque sem escrúpulos façam escola neste areópago, em particular e na sociedade em geral.

Apelamos, ainda, a uma maior acutilância e actuação da Comissão Permanente e da Comissão de Ética da Assembleia da República, em relação a processos desta natureza culminando com medidas exemplares para evitar que casos desta natureza se façam moda nesta Magna Casa.

Portanto, mesmo tendo presente que os Deputados estão investidos de irresponsabilidade pela qual não podem, em nenhum momento, ser judicialmente ou disciplinarmente processados, nem de outra forma responsabilizados fora do Parlamento, entendo e defendo que, na irresponsabilidade não se incluem as injúrias com carácter difamatório ou que possam ser consideradas como uma espécie de violência sobre pessoas ou coisas. Ora, da irresponsabilidade não deve se extrair o direito à falta de decoro, má-fé, discurso irresponsável, porque do seu exercício o Deputado deve basear-se em factos fundados.

O Estatuto do Deputado e o Regimento da Assembleia da República impõe à todos e a cada um de nós manter uma conduta que se coadune com a dignidade de Deputado, tratar com respeito e deferência os colegas, as autoridades, os funcionários parlamentares, os cidadãos com os quais se mantenha em contacto no exercício da função, respeitar a dignidade dos deputados e da Assembleia da República, contribuir com a sua inteligência para o sucesso e bom nome da Assembleia da República e para a observância da ordem. Pautemos o nosso comportamento e conduta no debate democrático respeitando o bom nome de todos e de desta Casa da Democracia.

Apenas dessa forma, continuaremos a contribuir para a evolução do Parlamento e o respeito que devemos merecer perante a sociedade e a comunidade internacional.

Que a irresponsabilidade não seja um foco para minar a credibilidade do Parlamento e de cada membro seu e dos seus Órgãos integrantes.

Quem pretenda assim agir, deve submeter-se à disciplina interna e sofrer das suas consequências que devem de tal dimensão quanto a da própria irresponsabilidade.

Compatriotas,

É de justiça que enderecemos uma calorosa saudação a Comissão Parlamentar de Inquérito pelo excelente trabalho levado a

cabo e pelo resultados que partilham com a sociedade.

A Minha Bancada, a bancada parlamentar da FRELIMO reafirma o seu compromisso de criar todas as condições para manter Moçambique na rota do desenvolvimento sustentável, aprimorar e sofisticar a educação e formação das futuras gerações combatendo todos os malefícios da sociedade como são os casos da droga, criminalidade, terrorismo, prostituição e o enriquecimento ilícito a qualquer custo.

A todos os mocambicanos vítimas das cheias e inundações que se fazem sentir, em todo o país, desde o início de Fevereiro, enderecamos a nossa solidariedade e apelamos que continuem a colaborar com as entidades do Governo que estão atentas e

fortemente envolvidas na prevenção, assistência e socorro das populações./

A terminar, dirigimo-nos com carinho a Sua Excelência **FILIPE JACINTO NYUSI**, o mais alto magistrado da Nação, pela sua dedicação exemplar ao Povo moçambicano e pela firme liderança da Nação na busca da paz efectiva, consolidação da unidade nacional e reconciliação nacional. O Povo moçambicano lhe reconhece a entrega, o carinho, grande liderança e um sentido de missão como verdadeiro Líder da Nação.

Parabéns Camarada Presidente FILIPE JACINTO NYUSI!

Pela Atenção dispensada, muito obrigado